

SEMINÁRIO DE PESQUISA 1 - LUTAS SOCIAIS E EMANCIPAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Coordenação: Profa.Dra Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi (PROLAM-EACH/USP) e Fábio Luis Barbosa dos Santos (UNIFESP).

Resumo

Este seminário de pesquisa tem como objetivo reunir trabalhos acadêmicos e científicos que permitam compreender o papel das lutas sociais contemporâneas na América Latina, suas formações a partir do local até o plano internacional, seus horizontes e projetos de luta e suas estratégias de organização. As lutas sociais contemporâneas na América Latina têm se caracterizado por introduzir no cenário político as questões clássicas dos movimentos sociais contra o capital, atreladas a questões do cotidiano e da subjetividade. Daqui resulta a luta pela ampliação de direitos, pela implementação de políticas diferenciadas, ou pela defesa, entre outros, das culturas locais e dos recursos naturais. Desse modo, a teoria social considera que vem surgindo uma nova categoria de sujeito e de lutas emancipatórias capazes de indicar horizontes pós-capitalistas e/ou pós-colonialistas. As principais questões deste seminário de pesquisas são: Quais são os novos sujeitos e as novas lutas contemporâneas? Como se caracterizam e quais são seus projetos de emancipação? Quais são suas estratégias de organização e de articulação local, nacional e internacional? Quais são os desafios epistemológicos que estas novas lutas vem apresentando?

Subtemas:

- Lutas Sociais, identidade e o território;
- Lutas Sociais e Direitos;
- Lutas Sociais e Novas epistemologias.

Sessão 1

ESTADO, IDENTIDADES E DIFERENÇA INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA: (re)construções identitárias no contexto da criação do Estado Plurinacional da Bolívia.

Valéria T. Graziano

Mestranda em Estudos Culturais (EACH-USP)

E-mail: valeria.graziano@usp.br

Resumo: Os recentes processos que culminaram na criação do Estado Plurinacional da Bolívia (2009) levaram à ruptura da lógica “um Estado, uma nação”, sob a qual a maioria dos Estados republicanos foi criada, reproduzindo o projeto estatocêntrico ocidental moderno. Tais processos impactaram significativamente não só as estruturas de poder, mas também as referências, valores e discursos em torno das questões culturais, simbólicas e identitárias. Neste sentido, o trabalho analisará os processos de (re)construções identitárias no contexto do processo constituinte boliviano (2006-2009), buscando compreender como os diversos grupos autoidentificados como *indígenas originários campesinos* que compuseram o Pacto de Unidade – aliança política dos movimentos indígenas, campesinos e partidos que chegaram ao poder em 2005 – reivindicaram, negociaram e articularam suas posições identitárias em torno do novo projeto de Estado. Assim, a questão identitária será analisada a partir da alteridade que se estabelece entre a identidade indígena e o Estado como projeto de nação, com problemáticas que suscitam a relação entre nacionalismos e outras formas de identidade cultural ou civilizatórias desde tempos coloniais. Para tanto, será realizada pesquisa de caráter interdisciplinar, a partir das contribuições dos Estudos Culturais, pós-coloniais e da teoria crítica latino-americana. Espera-se contribuir para o debate sobre os diversos e complexos processos identitários que marcam a América Latina neste início de século, bem como para a reflexão mais ampla sobre as transformações nas questões identitárias no mundo contemporâneo. Desde uma perspectiva teórica, pretende-se contribuir para as reflexões acerca das possibilidades e contradições do processo de refundação do Estado para a descolonização das sociedades latino-americanas e, ainda, para a necessária reflexão sobre os Estudos Culturais que emergem na América Latina enquanto projeto político, teórico e epistêmico alternativo ao eurocêntrico, e como um campo interdisciplinar com categorias e

conceitos próprios, refletindo a complexidade e a diversidade dos processos históricos e culturais na região.

Palavras-chave: Estado Plurinacional da Bolívia; identidades; movimentos indígenas.

Descolonización o neo-colonización del territorio en la región: Disputa por la plurinacionalidad y el
Vivir Bien en Bolivia

Pavel Camilo López Flores (Bolivia)

PhD. en Sociología

Scuola Normale Superiore (Italia) /Postgrado en Ciencias del Desarrollo CIDES-UMSA (Bolivia)

velpalopezflo@gmail.com

Resumen: Los actuales 'procesos de cambio' político-estatal que tienen lugar en la región andino-amazónica del subcontinente, serían resultado en gran medida de 'movimientos sociales', con base fundamentalmente en movimientos indígenas como en los casos de la región Andina-Amazónica, que hicieron visible una crisis del Estado-nación y constituyeron los referentes generadores de procesos constituyentes e instalando imaginarios de descolonización y los horizontes de construcción de 'Estados Plurinacionales', los que acaso hoy estarían en fuertes momentos de crisis. Así, actualmente se estarían evidenciando tensiones, contradicciones y disputas en torno al imaginario del 'Estado Plurinacional' y al principio/proyecto de matriz comunitaria denominado *Vivir Bien*, con gobiernos denominados 'progresistas', 'de izquierda' o 'indigenistas' que quedarían limitados por el horizonte de un modelo de desarrollo de tipo (*neo*) *extractivista*, que hegemoniza las políticas estatales, en fuerte tensión con actores socio-territoriales indígenas. Los actuales conflictos socioambientales en la región andino-amazónica habrían puesto en cuestión la orientación misma de los 'procesos de cambio' en países como Bolivia: ¿Desarrollismo o alternativas al desarrollo? ¿Extractivismo o Vivir Bien? ¿Construcción de un "Estado Plurinacional" o continuidad monocultural del Estado-nación? ¿Descolonización territorial o recolonización del territorio? Se propone, concretamente, una lectura crítica de la disputa por el territorio y la plurinacionalidad en Bolivia, a partir de la re-emergencia de movimientos socioterritoriales indígenas y sus reivindicaciones descolonizadoras del territorio, y cómo éstos estarían constituyendo núcleos de resistencia al capital y al propio Estado y habrían puesto en cuestión la orientación del autodenominado "proceso de cambio" y se disputan imaginarios en torno a

la plurinacionalidad del Estado y el llamado Buen Vivir como imaginarios de post-desarrollo dentro de los horizontes posibles de emancipación social en la región.

Palabras clave: Bolivia, neocolonización territorial, plurinacionalidad.

A mobilização transnacional indígena na Bacia Amazônica e a promoção da justiça ambiental na região

Jéssica Girão Florêncio

Mestranda no Programa em Ciências Humanas e Sociais da UFABC

E-mail: girao.jessica@gmail.com

Resumo: Os povos e natureza latino-americanos tiveram como principal elemento de formação o colonialismo, o qual instituiu uma dominação dos povos europeus sobre os originários da América Latina. O colonialismo fundamentou a lógica da colonialidade, que baseia as relações de poder que se constituíram neste território. Esse padrão de poder se deu mundialmente com o advento da racionalidade moderna e tem como base três elementos: o eurocentrismo, o capitalismo e a consolidação do Estado-nação. Nestas circunstâncias, povos indígenas e o meio ambiente foram desestabilizados pelas novas formas de organização. Neste contexto, esta proposta tem como objetivo evidenciar como a articulação do movimento transnacional indígena na Bacia Amazônica constrói a justiça ambiental. Para tanto, contextualiza-se o advento da colonialidade na América Latina; avalia-se o histórico das mobilizações transnacionais na região – tendo a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) como movimento mais articulado – e suas conquistas – entendo as constituições plurinacionais de Bolívia e Equador como um dos maiores resultados –; mapear os principais problemas e conflitos ambientais, derivados de fatores geopolíticos, que as populações indígenas enfrentam; e identificar se as políticas ambientais implementadas através da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) contemplam os interesses indígenas. Como metodologia, analisam-se documentos oficiais da COICA e da OTCA, e as constituições de Bolívia e Equador – a fim de evidenciar a representatividade indígena em questões ambientais –; para o mapeamento, utiliza-se a Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG); e pretende-se a realização de entrevistas com lideranças indígenas. Como bases teóricas, utilizam-se perspectivas póscoloniais, da Ecologia Política e de reconhecimento. Os resultados esperados com esta pesquisa são consolidar a articulação da região como movimentos pela justiça ambiental, com

uma personalidade específica amazônica e indígena, e evidenciar a necessidade da autonomia indígena para a elaboração e implementação de políticas de preservação ambiental para a Bacia.

Palavras-chave: justiça ambiental, movimento indígena, Bacia Amazônica

Resistencia organizada y defensa del territorio en Colombia: el caso de Guamocó

Claudia Milena Quijano Mejía

Profesora Universidad Industrial de Santander. Escuela de Trabajo Social. Colombia. Email:
cmquijam@uis.edu.co

Lady Alexandra Durán Oliveros

Trabajadora Social. Joven investigadora COLCIENCIAS.
Email: ladyalexandrad@gmail.com

Resumen: Guamocó es una región colombiana localizada entre los departamentos de Antioquia y Bolívar, cuya principal actividad económica es la explotación de oro a pequeña y mediana escala. La poca presencia estatal, los recursos naturales y su configuración como zona de colonización interna, han conllevado a que exista allí una fuerte presencia de las guerrillas de las FARC y el ELN. Desde 1999, los grupos paramilitares entran a disputar el control territorial de la región, sumado a las tentativas de la Fuerza Pública por incorporar la zona al dominio del Estado. La investigación contó con un diseño cualitativo participativo, con perspectiva de memoria histórica e hizo uso de talleres y entrevistas individuales y colectivas con pobladores de la región. Entre los resultados del proceso de investigación sobresale la resistencia desde la civilidad que han emprendido organizaciones sociales que propenden por la defensa del territorio, los recursos naturales y los derechos humanos de quienes allí habitan, tal es el caso de la Asociación de Hermandades Agroecológicas y Mineras de Guamocó (AHERAMIGUA) que surge en 2007 como respuesta de los pobladores al bloqueo económico que los grupos paramilitares impusieron en los centros urbanos desde los cuales se ingresa a la región. AHERAMIGUA se ha configurado como la principal organización social de la zona, visibilizando la situación de la región por medio de denuncias públicas y ante las autoridades competentes, adelantando capacitaciones sobre Derechos Humanos, promoviendo la permanencia en el territorio y desarrollando jornadas de prestación de servicios sociales (salud, asesoría jurídica,

recreación) que el Estado no ofrece en la zona. AHERAMIGUA cumple un papel fundamental en la creación de condiciones para la permanencia y defensa del territorio y se constituye en un actor clave para la construcción de paz en Guamocó.

Palabras clave: Minería, resistencia, territorio, memoria

Eleição, movimentos sociais e (não) participação: análise introdutória do caso zapatista no México e sem terra no Brasil

Alexander Hilsenbeck Filho

Doutor em Ciência Política (Unicamp), Mestre, licenciado e bacharel em Ciências Sociais (Unesp).

Professor de Ciência Política na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP) e do Grupo de Trabalho Anticapitalismos e Sociabilidades Emergentes (ACySE) do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

a.hilsenbeck@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa pretende relacionar os impactos e contradições da participação ou não participação no processo político eleitoral por dois movimentos sociais: o mexicano, Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), e o brasileiro, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Objetiva-se verificar, a partir da análise destes dois casos – que envolvem países e bases sociais distintas – quais as justificativas políticas, táticas e estratégicas quanto ao grau de envolvimento dos movimentos sociais no jogo político-eleitoral, os vínculos estabelecidos de autonomia e participação entre governos e movimentos, bem como linhas de desdobramento das perspectivas adotadas e, ainda, das alternativas políticas e limites interpostos à estas opções. A delimitação histórica se dará especialmente na última década, quando ocorreram eleições nacionais, nos dois países, com probabilidades consistentes de vitória de partidos oriundos da esquerda e centro-esquerda. Destaca-se, contudo, que não pretendemos que a análise recaia numa dicotomização simplista que estabelece vínculos diretos entre participação e institucionalização e, por outro lado, entre não-participação e autonomia. Procura-se verificar as potencialidades e limites concretamente vivenciados à partir de contextos diversos, que pode influenciar nas opções por táticas e estratégias diferentes,

mas que, a despeito de suas especificidades, possibilitam jogar alguma luz à interpretação das relações entre Estado, governos e movimentos sociais no atual momento histórico do capitalismo mundial, ressaltando sua característica de promotor e desenvolvedor de desenhos institucionais e subjetivações políticas. Palavras-chaves: Movimentos Sociais; Eleições; Governo; Estado; Zapatismo; MST

O repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Júlia Melo Azevedo Cruz

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG)

juliameloac@gmail.com

Resumo: Este trabalho busca analisar a estratégia de ação política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena mexicano que surgiu na década de 1980 e luta, principalmente, a favor dos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal. Para tal, nos baseamos nas considerações sobre política contenciosa e nos conceitos de repertório de confronto e performance, pensados pelo historiador, sociólogo e cientista político norte-americano Charles Tilly. Essas noções dizem respeito ao conjunto de maneiras de agir de uma estrutura de conflito – movimentos sociais, revoluções, entre outras –, histórica e culturalmente aprendidos por grupos de atores políticos. O EZLN, contudo, não se encaixa perfeitamente em nenhuma estrutura de conflito no que diz respeito ao seu repertório. Apesar de o considerarmos como um movimento social, os zapatistas possuem um amplo leque de maneiras de agir e inovam ao mesclar ações muito distintas entre si: além de performances utilizadas por movimentos sociais, tais como marchas, reuniões e encontros públicos, declarações públicas de suas reivindicações (orais ou escritas) e formação de associações especializadas para certa causa; emprega luta armada e estratégias de resistência autônoma por meio da criação de territórios autônomos indígenas na região de Chiapas. Tentaremos mostrar ao longo deste trabalho, portanto, como o EZLN cria, de maneira criativa, um repertório próprio de confronto, que bebe em diferentes fontes, dialoga com diferentes públicos-alvo e vai das armas ao meio eletrônico de comunicações. Nas últimas décadas, os movimentos sociais – e entre eles, o movimento zapatista – têm representado importantes formas de resistência aos rumos do desenvolvimento socioeconômico neoliberal desenfreado,

trazendo alternativas democráticas, novos espaços de cidadania e de participação, e modificações nas relações sociais cotidianas.

Palavras-chave: zapatistas; repertório de confronto; movimentos sociais.

Sessão 2

América Latina do século XXI: diretrizes epistemológicas para o sul

Bruno Ferreira

Mestrando em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó
(UNOCHAPECÓ). Bolsista Unochapecó

Membro do Grupo de Pesquisa: Direitos Humanos e Cidadania.

brunoadv@unochapeco.edu.br.

Maria Aparecida Lucca Caovilla

Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Direitos Humanos e Cidadania.

caovilla@unochapeco.edu.br.

Resumo: Na passagem do século XX para o século XXI, a América Latina vivencia mudanças paradigmáticas, sendo necessário compreender quem são e onde estão os novos sujeitos criadores e transformadores de uma nova cultura democrática. Navegando pelo constitucionalismo dos Andes, o novo constitucionalismo latinoamericano, tem evidenciado, nos últimos anos, a emergência de novos sujeitos não estatais. As experiências sociopolíticas das Constituições do Equador e da Bolívia, na construção de uma democracia intercultural, servem de base para um repensar da própria democracia. O “bem viver”, nessas propostas constitucionais, é o centro de todo o resgate cultural, ancestral e espiritual, movido pelos povos andinos, surgindo daí novas institucionalidades, os Estados plurinacionais e a justiça comunitária. Nessa perspectiva, o pluralismo jurídico se assenta, na multiplicidade de práticas, que emergem dos novos sujeitos não estatais. Assim, o objetivo do presente estudo tem como indagação os seguintes questionamentos: é possível uma mudança de orientação epistemológica para o enfrentamento dos problemas do contexto latino-americano, para o reconhecimento das diferenças, da pobreza, da marginalidade, da violência e da opressão, com

o propósito de renovar o processo de construção dos saberes, com fundamento nas necessidades dessa nova sociedade e de seus novos sujeitos? Até quando vamos silenciar a nossa condição subalterna de periferia do capitalismo? Vamos sucumbir aos processos de exclusão ou buscar respostas num projeto de integração para superar nossa desunião e propor uma mudança civilizatória ao mosaico latinoamericano? Para tanto, será utilizada da pesquisa bibliográfica, a fim de alcançar os resultados esperados, buscando responder as inquietações acerca da realidade de lutas latino-americanas, com o propósito emancipatório.

Palavras-chave: Epistemologia; Pluralismo Jurídico; América Latina.

A luta transnacional dos movimentos indígenas na América Latina e o Buen Vivir.

Bruna Muriel Huertas Fuscaldo

Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Artes e Humanidades e Ciências da Universidade Federal da Bahia

Resumo: Nas últimas décadas, e em parte como forma de luta e resistência aos impactos ambientais e sociais que resultam do aprofundamento das atividades extrativistas na região, intensificou-se o processo de transnacionalização das lutas das organizações indígenas da América Latina. Com foco nas estratégias de luta da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica/COICA e, partindo de uma análise interdisciplinar que tem como pano de fundo teórico a discussão de Boaventura de Sousa Santos sobre o cosmopolitismo subalterno no interior de uma globalização contra-hegemônica, o intuito desse trabalho é discutir em que medida o novo conceito filosófico e projeto político-civilizatório do Buen Vivir, que é fundamentado nas experiências dos indígenas e crítico aos paradigmas hegemônicos do desenvolvimento e do progresso, vem sendo incorporado à retórica e à luta das organizações indígenas de caráter supranacional, em um contexto de resistência aos projetos relacionados ao neo-extrativismo progressista. Hipoteticamente, entende-se que o Buen Vivir apresenta-se como uma eficiente ferramenta conceitual e política na luta - articulada regionalmente - dos povos indígenas pelos seus direitos e em defesa do meio ambiente.

Palavras-chave: COICA, Buen Vivir, Cosmopolitismo subalterno.

Lutas de movimentos indígenas na América Latina e epistemologias do Sul: para uma ecologia de poderes

Maurício Hashizume

Doutorando - Programa de Pós-Colonialismos e Cidadania Global (Sociologia) Pesquisador Jr
- Projeto ALICE (www.alice.ces.uc.pt) - Centro de Estudos Sociais (CES) Universidade de
Coimbra (UC) – Portugal
maurijor@gmail.com; mauriciohashizume@ces.uc.pt

Resumo: Em decorrência de acontecimentos político-econômicos (acompanhados e entrelaçados com fenômenos socioculturais) que têm assolado a América Latina na última quadra, ouve-se falar cada vez mais, em variados âmbitos, sobre os impactos de uma crise do 'ciclo progressista' no continente. Em que medida a polêmica corrente em torno dessa suposta 'crise' pode servir para um exame mais aprofundado e uma problematização mais alargada acerca das estruturas, hierarquias e padrões de relações de poder que sustentam as desigualdades agudas que caracterizam as sociedades latino-americanas (inseridas numa dinâmica global, mas com intensos reflexos nos territórios em disputa)? Com base em pesquisas junto com movimentos indígenas na Bolívia e no Brasil, proponho uma reflexão em torno dos desafios enfrentados pelas respectivas lutas no sentido das 're-existências' imprevistas e transescalares produzidas como não-existentes (sociologia das ausências), bem como dos protagonismos próprios, porém não essencialistas (sociologia das emergências), na defesa de direitos e na busca pela autonomia nos contextos em que vivem. Tais estratégias e horizontes de luta são postos em diálogo com as linhas do "pensamento pós-abissal" (Boaventura de Sousa Santos), que caracterizam as "epistemologias do Sul". Estas últimas consistem no conjunto de saberes e conhecimentos que emergem dos embates travados por indivíduos, comunidades, grupos, organizações e redes - sujeitos explorados, racializados e subalternizados pela ativação contínua e insidiosa de uma ampla e articulada matriz capitalista, colonial e patriarcal que veio a se consolidar principalmente a partir do final do século XV, com as invasões europeias da América Latina-Abya Yala. Para além da "ecologia de saberes", as lutas dos indígenas quechua de Raqaypampa (Cochabamba) e macuxis, wapixanas e ingarikós da Raposa Serra do Sol (Roraima) apontam também para uma "ecologia de poderes" – em que o Estado e as instituições públicas manejam, são manejadas e até superadas pelas forças sociais em presença, propulsoras de novas institucionalidades.

Palavras-chave: Movimentos indígenas, epistemologias do Sul, ecologia de saberes/poderes

La importancia del agua para el "Buen Vivir": el caso del Proyecto Minero Conga en el Perú

Shyrley Tatiana Peña Aymara

Estudiante del Programa de Postgrado de la maestría en Integración Contemporánea en América Latina (ICAL) de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA) en Brasil. Licenciada en Relaciones Internacionales e Integración por la UNILA.
shyrley123@gmail.com

Resumo: Los impactos socio-medioambientales del neoextractivismo en América Latina constituyen una constante en todos los países de la región. En el Perú, la minería como principal actividad económica guarda una trayectoria histórica y sigue siendo privilegiada por los gobiernos en turno, sin ningún cuestionamiento. Por tanto, el presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la importancia del agua como fuente de vida y su preservación para el "Buen Vivir", a partir del estudio del Proyecto Minero Conga situado en la región de Cajamarca, en la sierra norte de este país. Este proyecto neoextractivista se encuentra suspendido debido a la resistencia de sus pobladores y por haber creado grandes controversias ante su posible ejecución. Tomando en cuenta los aportes de intelectuales latinoamericanos como Javier Lajo, será posible abordar la concepción del "Sumaq Kawsay-ninchik o Nuestro Vivir Bien" desde la visión indígena y occidental para entender la condición del equilibrio h'ampi entre la Pachamama y su implicancia para el desarrollo de nuestros pueblos. De la misma forma, poner en cuestión las acciones de la empresa minera Yanacocha y su trayectoria irresponsable en la minería, lo cual causó el levantamiento de protestas a nivel nacional desde el año 2012 al "defender al agua y no al oro", es decir, por la cancelación definitiva del proyecto apostando por "buen vivir" libre de minería.

Palabras clave: Agua. Nuestro Vivir Bien. Proyecto Minero Conga.

Conflictos socioambientales precautorios confluencia entre principios jurídicos y democráticos

Zenaida Luisa Lauda Rodriguez
Instituto de Energia y Ambiente de la Universidad de São Paulo
e-mail:zeni18@usp.br

Resumen: En países latinoamericanos como el Brasil y el Perú, la cantidad de conflictos socioambientales por extracción de recursos minerales a gran escala se incrementaron dramáticamente en los últimos 50 años. De acuerdo al banco de datos del Observatorio de Conflictos por Minería en América Latina – OCMAL, existen alrededor de 210 casos de conflictos, de los cuales 56 están localizados en territorios del Brasil y Perú, teniendo como características preponderantes la afectación a comunidades campesinas e indígenas cuyas poblaciones son geográficamente frágiles y políticamente excluidas. Estos factores facilitan la expansión de grandes proyectos mineros que generan impactos sociales, económicos y ambientales en detrimento de esas poblaciones. No obstante, en respuesta a los conocidos daños ambientales generados por la industria minera, algunas poblaciones y comunidades vulnerables a esos emprendimientos comenzaron acciones de resistencia precautoria contra estos proyectos por los posibles impactos ambientales y sociales en sus territorios, consiguiendo su cesación temporal, como es el caso del proyecto minero de fosfato en Anitápolis en Santa Catarina-Brasil y el caso del proyecto minero Conga en Cajamarca-Perú. En este contexto, el objetivo de este trabajo es analizar la relación existente entre principios jurídicos como el Principio de Precaución y de Prevención con principios democráticos como de Información y Participación, así como su reivindicación en los casos de conflictos socioambientales precautorios mencionados. La metodología utilizada para este trabajo fue la revisión de literatura, así como de información secundaria a partir de trabajos y documentos públicos, periódicos y redes de información. Los resultados preliminares muestran que existe una relación de complementación entre los principios jurídicos y democráticos mencionados que justifican un cambio en las políticas de participación pública de las poblaciones afectadas por grandes proyectos mineros en gobiernos democráticos como el Perú y el Brasil.

Palabras clave: Conflicto socioambiental, Principio de Precaución, Principio de Participación.

Apontamentos sobre as territorialidades zapatistas.

Renata Ferreira da Silveira
Doutoranda do Programa de pós-graduação em Geografia - Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS)
renatafsilveira@gmail.com

Resumo: Sabe-se que existem diversas pesquisas relacionadas às dinâmicas de movimentos sociais, associações comunitárias, movimentos globais contra hegemônicos, entre tantas pesquisas de qualidade e referenciadas dentro das ciências sociais, desde as especificidades até as construções mais amplas, em torno de alternativas que contribuem na discussão teórica a partir da perspectiva crítica. Na geografia, uma ampla produção acadêmica voltada para os estudos de análises territoriais tornou-se tema de diversas dissertações, teses e pesquisas buscando abordar a geografia existente nas práticas autônomas e heterônomas, perpassando por diversos olhares e escalas, do urbano, da agrária, da geopolítica, do cultural. Buscando contribuir com este caminho no contexto latino-americano, propõe-se trazer ao debate as relações espaciais que engendram o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), sua organização, influências e relações nas diferentes escalas, das comunitárias às geopolíticas, como constroem lugares e territórios. Até o momento, coloca-se como ponto de apoio para a investigação os conceitos de território e autonomia como “guarda-chuvas” para interagir entre os saberes científicos e zapatistas sobre suas territorialidades. Compreendendo estas construídas, também, através da política e essa política através da autonomia. Assim, sugere-se que o horizonte de autonomia zapatistas é um horizonte territorial. Compreende-se como constituintes das territorialidades zapatistas, elementos fundamentais como a história de luta por território desde o legado da Revolução Mexicana, como elemento da formação da identidade indígena zapatista. A partir deste legado e da reivindicação do nome de Emiliano Zapata, as territorialidades zapatistas se forjaram no caráter da luta emancipatória indígena subjugada à lógica heterônoma da coordenação de organizações/movimentos sociais da própria esquerda institucional, cooptados (inclusive na dimensão ideológica) pelo Estado. Reafirma-se nesta identidade o elemento da autonomia com crucial para a manutenção do movimento, assim como balizador e horizonte em suas táticas.

Palavras-chave: zapatistas - território - autonomia

Repensando a libertação Latino-Americana na sociedade em rede

Bruno Ferreira

Mestrando na Unochapecó

brunoadv@unochapeco.edu.br

Maurício Perin Dambros

Mestrando na Unochapecó

mpdambros@unochapeco.edu.br

Patrícia de Lima Félix

Mestranda na Unochapecó

patricialima.advo@gmail.com

Resumo: A libertação latino-americana propõe a emancipação da periferia, da alteridade, do oprimido à sua própria história, cultura, economia, sociedade e modo de viver. Muitas propostas e alternativas se estruturaram a partir da segunda metade do século passado com base na filosofia, pedagogia e na teologia da libertação, se desenvolvendo mediante o eurocentrismo e a referência estadunidense presente nesse continente. Porém, a sociedade transcendeu e hoje vivencia a globalização em rede, com complexos níveis de atores, com o poder fluído não apenas em relações estatais e inúmeras formas de dominação. Diante deste cenário, a análise da libertação se estabelece complexa face a nova sociedade. Objetiva-se compreender a atual sociedade latino-americana mediante as relações em rede; o processo libertação realizado mediante construções clássicas e contemporâneas; e, repensar a possibilidade prática da libertação latino-americana. O estudo será elaborado mediante, principalmente, análises bibliográficas clássicas e contemporâneas da libertação latino-americana em consonância com a compreensão da sociedade em rede, mediante o processo histórico dialético desta sociedade global e principalmente da América Latina. Assim analisar-se-á a viabilidade da libertação latino-americana na atual sociedade e alternativas à emancipação desta sociedade.

Palavras-chave: libertação, América Latina, sociedade em rede.

O exercício dos direitos através das lutas sociais na América Latina e o paradigma democrático.

Fabianne Manhães Maciel

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense - UFF

fabianne@id.uff.br

Lucas Pontes Ferreira

Graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense – UFF

lc_pontes@hotmail.com

Resumo: Tendo em vista que o modelo de democracia é, muitas vezes, implicitamente negado pelo Estado - no que tange a regulação da participação popular - por exemplo, na má distribuição de renda, formação educacional e cultural da sociedade. E, somado a isso, a falta de regulamentação de leis, da tomada de questões por parte do Congresso, naquilo que lhe cabe e a crescente concretização dos direitos através da jurisdição constitucional, tudo isso constitui impedimento aos cidadãos de terem seus discursos acolhidos no seio da sociedade, bem como inibe a formação de uma consciência coletiva de cidadania ativa. Ademais, agrava o problema existente da carência de educação política. Assim, o estudo tem como escopo apresentar à comunidade acadêmica e à sociedade uma nova forma de se compreender o regime democrático para além do aspecto formal como sucede no Brasil, cujas lutas por direitos insurgem-se contra ideias desvinculadas dos projetos de emancipação social. Para tanto, a partir do método que envolve jurisprudência e doutrina, far-se-á análise das formas de efetivação da democracia no Brasil verificando a participação popular na elaboração da Constituição da Bolívia de 2009, que com seu caráter plurinacional recolocou o povo como titular do poder constituinte de modo substantivo, cujos sujeitos através da busca por maior integração vislumbraram novos modos de articulação local, nacional e internacional, pautados em projetos horizontais de emancipação imbricados ao bem coletivo. Confrontar esses dois modelos significa, pois, lançar mirada às formas sociais e simbólicas que visam desconstruir a dominação social causada pelo paradigma burocratizado do exercício do poder estatal, e proporciona a possibilidade de se extrair os substratos críticos, necessários à identificação dos projetos dos novos sujeitos e suas lutas contemporâneas. Portanto, impera conhecer o exercício dos direitos na América Latina que, hodiernamente, reclama por novo paradigma democrático atrelado à transformação da sociedade.

Palavras-chave: Lutas sociais. Exercício de direitos. Paradigma democrático.

Debilitamento ou fim do ciclo político de governos de frente popular latino-americanos?

Luiz Fernando da Silva

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

lf-silva@faac.unesp.br

Resumo: Diversas correntes políticas, como também intelectuais acadêmicos e meios de comunicação, indagam sobre o *fim do ciclo dos governos de frente popular* (também caracterizados como de centro-esquerda, nacionalistas ou neopopulistas) que nos últimos quinze anos desenvolveu-se na região sul-americana. Dentro de tal discussão, examina-se a *hipótese* do debilitamento social e político *irreversível* dessas frentes políticas diante da ofensiva de propostas políticas neoliberais ortodoxas na região. A presente exposição recorre a um quadro comparativo entre as experiências de governos de *frentes populares* (Argentina, Venezuela e Brasil) nos últimos três anos, quando se acentuou o debilitamento político com perda de base social. De maneira comparativa procura-se verificar os traços que aproximam essas experiências como também os que lhes distinguem. A derrota eleitoral do chavismo, na Assembleia Nacional em dezembro de 2015, ocorreu depois de amplo processo de descontentamento e mobilizações populares ocorridas especialmente em setores da classe média venezuelana, mas também em diversos setores das camadas populares como da classe trabalhadora do país. Indicaram crescente perda de base social e política que foi se acentuando, pelo menos desde 2013. Por sua vez, a Argentina com as eleições presidenciais de 2015, também sinalizou o desgaste da perspectiva kirchnerista, quando o seu candidato Daniel Scioli perdeu para Maurício Macri. Esse enfraquecimento do kirchnerismo, que desde 2003 governava a Argentina – com um mandato de Néstor Kirchner e dois mandatos de Cristina Kirchner –, pode-se verificá-lo também na perspectiva de perda de base social e política ocorrida: por um lado, rompimento de setores políticos ligados a Cristina Kirchner; por outro lado, com as crescentes mobilizações trabalhistas que tiveram como marca duas greves gerais (2012 e 2014). Como pano de fundo temos as medidas de ajustes econômicos antipopulares que foram estabelecidos como contraponto para o crescente endividamento público e diminuição do ritmo das exportações. O caso brasileiro referencia também a hipótese de enfraquecimento desses governos sul-americanos. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que encabeça a frente política liderada pelo PT, ultrapassa em muito a questão

da existência de “golpe branco” contra um governo. Essa discussão mobiliza grande interesse político e acadêmico na discussão atualmente, mas não guarda completa consensualidade entre setores do próprio movimentos sociais e da esquerda política. O que é significativo na análise é evidenciar que o *impeachment* somente ocorreu pois cristalizou-se uma implosão na base social e política do governo brasileiro: por um lado, ocorreu um rompimento de setores empresariais (frações burguesas) que gradualmente descolam-se dessa frente política a partir de 2013 para o campo neoliberal ortodoxo; e, por outro lado, um desgaste social junto a setores de trabalhadores, juventude e camadas sociais populares que pode ser sinalizado a partir de junho de 2013, e que teve grande impacto a partir do segundo governo Dilma com a implantação de ajustes fiscais de caráter anti-operário e antipopular. Na comunicação proposta, portanto, cabe analisar as dimensões e determinações presentes nesse enfraquecimento desse projeto de governos sul-americanos.

Juntas vicinais na cidade de el alto: entre um passado de subordinação e a construção de um novo paradigma político “desde abajo”.

Vamberto Spinelli Junior
Faculdades Integradas de Patos - FIP
vspinellij@yahoo.com.br

Resumo: Juntas vicinais são organizações territoriais, com presença significativa na América Latina, que visam o enfrentamento de problemas comuns vividos por moradores de bairros populares, os *vizinhos*. Não raras vezes, servem como instrumentos de clientelização política; no entanto, podem também se converter em espaços propícios à construção de um paradigma político *desde abajo*. Na cidade de El Alto, Bolívia, as juntas vicinais se apresentam como referências organizativas prioritárias para a população. Recentemente, no chamado *ciclo rebelde* (2000-2005), quando vários movimentos se lançaram veementemente contra as políticas neoliberais que impactaram o país, as juntas vicinais jogaram um papel central. Queremos com este trabalho problematizar a construção de formas emergentes de *relações de autoridade* a partir da dinâmica das juntas vicinais altenhas no referido período, quando o processo de organização e mobilização desencadeado em cada bairro, recolocou, para os

vizinhos, o desafio de construção da uma *performance* política *desde abajo* com base em recursos socioculturais próprios e na reivindicação da autonomia vicinal. A afirmação do caráter *cívico-vicinal comunitário* e a construção de práticas participativas internas mais horizontalizadas deram a tônica do processo. Nessa direção se conformou uma tendência de realização da *autoridade vicinal* mediante envolvimento intenso e ampliado da *comunidade dos vizinhos em movimento*, evidenciando formas emergentes de autoridade popular.

Palavras-chave: juntas de vizinho; Bolívia; autonomia.

Das redes para as ruas, das ruas para as redes: uma cartografia preliminar das plataformas net-ativistas de participação política e ação coletiva na América Latina

Maria de Lourdes Silva de Oliveira

Pós-graduanda do Promusp (Mestrado Acadêmico em Mudança Social e Participação Política da EACH/USP)

Resumo: Tendo como locus o ativismo que nasce nas plataformas digitais interativas e redes sociais tradicionais (Facebook, Twitter, Youtube etc.), se desloca para as ruas e se ressignifica nas redes, a ação net-ativista traz para o primeiro plano do cenário político do século XXI uma nova forma de atuação social e política. Trata-se de uma ação deslocada da disputa pelo poder, que supera a visão antropocêntrica do mundo e funda entre humanos, coisas (redes digitais) e meio ambiente uma relação ecológica transformadora, baseada no "comum". O net-ativismo - ativismo digital em rede e na rede - é hoje uma das peças-chave da ação coletiva de jovens e de novos movimentos sociais, especialmente nas grandes metrópoles latino-americanas, como São Paulo e Buenos Aires. Este artigo apresenta um estudo exploratório, no formato de cartografia, sobre a prática ativista das plataformas digitais de participação social em ascensão no Brasil (Rede Nossas Cidades) e na Argentina (Democracia en rede ou DemocracyOS) e suas conexões com a concretização de uma rede de redes global que busca estabelecer um novo fazer político. Essa investigação tem por base os estudos sobre as transformações trazidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que deram origem à sociedade em rede em que vivemos, as teorias sobre a ação social, a biopolítica e o novo agir político no capitalismo globalizado.

Palavras-chave: net-ativismo, plataformas digitais, participação social

Lutas sociais na América Latina como elemento formador de territorializações dissidentes: estudo de caso sobre as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil e a Revolta dos Pinguins, em 2006, no Chile

Magno Carvalho de Oliveira

**Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia, linha de pesquisa
Análise Territorial, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
magno_geo@yahoo.com.br**

Resumo: No atual estágio da utopia planetária, a globalização é considerada o modelo que triunfou, no qual acreditamos e vivemos. Nessa esfera, construiu-se a falsa premissa de que a globalização uniformiza o mundo, extingue os territórios, limita as identidades. No entanto, verificamos as “resistências” ao modelo vigente, onde encontramos o lugar, o local, repleto de simbolismo, fomentador de identidades, lugar de aconchego, mas também de pressão contra o Estado, de criação de processos emancipatórios através da luta social. Assim, o local, o ativismo de bairro, dentre inúmeras outras formas de manifestação e reivindicação localizada, ensejam uma nova “atmosfera” para os movimentos sociais que nas últimas décadas ganharam um novo dinamismo a partir de novas agendas, como as feministas e as de lutas urbanas (direito à cidade). Destarte, os movimentos sociais atuando no espaço local, ou até mesmo regional, constroem o processo de emancipação social que pode levar a constituição de heterotopias, aplicando o conceito desenvolvido por Michel Foucault, que acarreta na formação de territórios dissidentes, como explanado por Marcelo Lopes de Souza. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo o estudo de caso sobre duas experiências emancipatórias e localizadas no plano regional, que guardam intensa similaridade, vivenciadas na América Latina, quais sejam: As Jornadas de Junho de 2013, no Brasil e a Revolta dos Pinguins, no ano de 2006, no Chile; criando inquietações se tais lutas sociais construíram territorializações dissidentes e qual o alcance destas territorializações no objetivo de contrapor e romper com o poder hegemônico vigente.

Palavras-chaves: Emancipação; Lutas Sociais; Territórios Dissidentes

A sociedade civil, os meios de comunicação e as transformações do Exército Zapatista de Libertação Nacional

Marcelo Felício Martins Pinto
Graduado pela Universidade Federal de Viçosa
marcelofeliciomartins@hotmail.com

Resumo: Em 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional protagonizou um levante que tomou o poder de algumas cidades chiapanecas e, supostamente defendendo as parcelas marginalizadas do México (sobretudo os grupos indígenas), reivindicava o fim da hegemonia do Partido Revolucionário Institucional, o fim do Tratado de Livre Comércio da América do Norte e melhorias nas condições socioeconômicas de diversos grupos sociais mexicanos. Entretanto, o EZLN precisou moldar seus discursos em consonância com os valores democráticos em voga no final do século XX. Apesar de suas origens guerrilheiras, a organização transformou-se, tendo em vista a vigilância exercida pela sociedade civil através dos meios de comunicação, tais como o site do movimento e as frequências de rádio insurgentes. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar como os discursos zapatistas se modificaram entre 1994 e 2005, bem como suas relações com a sociedade civil. Assim, será possível identificar as transformações do Exército Zapatista de Libertação Nacional enquanto organização social de defesa das parcelas marginalizadas mexicanas, sobretudo dos grupos indígenas.

Palavras-chave: EZLN. Meios de Comunicação. Sociedade Civil

Sessão 4

Ensaio para um pensamento jurídico libertador

Maria Aparecida Lucca Caovilla

Doutora em Direito (UFSC) e professora titular do Mestrado em Direito na Unochapecó
caovilla@unochapeco.edu.br

Maurício Perin Dambros
Mestrando na Unochapecó
mpdambros@unochapeco.edu.br

Resumo: A libertação latino-americana é tratada pelas cadeiras da filosofia, pedagogia e teologia. Evidencia-se nas mais recentes constituições da América Latina propostas libertadoras que direcionam à emancipação desta sociedade, mas sabe-se que o direito e os ordenamentos jurídicos das nações/estados são elaborados como ferramenta de poder e dominação em face dos oprimidos. Diante da sociedade globalizada a qual nos deparamos, com complexas redes de poderes e dominação, surge a necessidade de transcender a uma libertação social, ambiental, econômica, política e educacional para que o direito se efetive como ferramenta libertadora e emancipadora na sociedade latino-americana. Para o estudo proposto ousamos optar por uma metodologia conformada numa proposta crítica pensada desde a Epistemologia do Sul, buscando elementos de conexão entre o direito e a educação jurídica com outras áreas das ciências humanas a fim de estabelecer diálogos mais abertos e compreensões determinadas para entender o positivismo epistemológico das ciências jurídicas e o processo de hierarquização e dominação para verificar se existe a possibilidade de construir um direito libertador. A proposta da pesquisa é identificar se as diretrizes epistemológicas do constitucionalismo latino americano possibilitam ou não o rompimento com o modelo da matriz institucional e cultural do direito no continente, para repensar o direito como uma ferramenta de efetiva libertação fundamentada em práticas jurídicas insurgentes e instituídas de outras formas de organização social e/ou comunitária. Pretende-se assim, analisar os novos paradigmas na área do direito baseados nos hodiernos movimentos políticos e sociais pela reinvenção do modelo de sociedade, se levando em conta manifestações mapeadas como justiça alternativa, comunitária, autóctone, urbana, campesina, afro-latino-americana e indígena, dentro de um viés da sociologia jurídica latino-americana para a libertação.

Palavras chaves: direito; América Latina; libertação

Reflexiones sobre el concepto de justicia desde la teoría decolonial latinoamericana

Tania Rodriguez Ravera

Mestranda del Programa de Mestrado en Integración Contemporánea de América Latina
Universidad Federal de la Integración Latino Americana (Brasil)
tania.ravera@aluno.unila.edu.br

Resumo: Este trabajo tiene como objetivo realizar una reflexión acerca del concepto de justicia a partir de las luchas sociales contemporáneas de actores como las poblaciones indígenas, negras y las mujeres. Buscaremos presentar un panorama acerca del estado actual de ese debate. En ese sentido, creemos necesario problematizar el concepto desde las interpretaciones y propuestas generadas desde los sectores populares y canalizadas, por ejemplo, en la teoría decolonial. Realizaremos una discusión bibliográfica sobre esos temas a partir de dicha teoría y a las alternativas propuestas por ella y por los grupos sociales antes mencionados como la justicia intercultural. Para ello, utilizaremos referencias teóricas como Aníbal Quijano, sociólogo y teórico peruano, que plantea que uno de los padrones de colonialidad del poder que se configuraron desde la colonización de América fue la idea de raza; y que ésta sirvió para establecer como base de las estructuras de dominación, la superioridad blanca y europea sobre todos los "otros" que aquí vivían (negros, indígenas). A su vez, en un artículo llamado "El color de la cárcel en América Latina. Apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstrucción" (2007), Rita Segato demuestra que las cárceles latinoamericanas son caracterizadas por encerrar en sus muros principalmente a las poblaciones que no corresponden a esse padrón hegemónico de superioridad. Esto quiere decir que la mayoría de nuestra población carcelaria es afrodescendiente y/o indígena, dependiendo de la región. Así, reconocemos que los sistemas judiciales latinoamericanos son permeados por el eurocentrismo, el racismo y el patriarcado, productos del propio sistema capitalista en el América Latina está inserta, por lo que se hace necesario reavivar permanentemente la discusión sobre las diversas interpretaciones existentes sobre la justicia y su forma de efectivización en nuestra región.

Palabras claves: justicia; teoría decolonial; colonialidad del poder.

O cortador manual de cana na América Central

Karoline Marthos da Silva
Mestranda em Direito do Trabalho e da Seguridade Social
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Mariana Benevides da Costa
Mestranda em Direito do Trabalho e da Seguridade Social
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Resumo: Objetivos *Prima facie*, este estudo constitui excerto de investigação sobre o trabalho manual no corte da cana-de-açúcar, entabulada no Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisa "Trabalho Além do Direito do Trabalho: dimensões da clandestinidade jurídico-laboral.". Cuida o presente, especificamente, dos cortadores manuais de cana nos países da América Central. Seu objetivo, considerando a atual geopolítica sucroalcooleira, conhecer condições de trabalho impostas a tais trabalhadores e as tutelas estatais que recebem, sobretudo, no tangente aos direitos humanos laborais. Igualmente, este estudo quer identificar se tais países praticam o que a OIT denomina de trabalho decente e, em caso negativo, descobrir que reações ou lutas sociais isso desencadeia, no âmbito laboralista. Metodologia: A metodologia utilizada na presente abordagem tem sido exclusivamente bibliográfica. Resultados: Quanto às aferições, entre outras, o fato de que, nos países pesquisados, ocorre trabalho extenuante ao ar livre. Nicarágua e Guatemala não cumprem regramentos básicos de direitos humanos laborais. Na Guatemala, Nicarágua e Costa Rica, verifica-se pagamento por produção, com conseqüente elevação da jornada dos trabalhadores. Na Nicarágua, o salário não compra a cesta básica e, na Guatemala, não alcança o patamar mínimo local. Os descansos duram cerca de uma hora/dia, sendo curtos e de má qualidade. Em alguns países, trabalhadores apresentam enfermidade renal crônica, que constitui *causa mortis* significativa e afeta os homens jovens do corte sucroalcooleiro. No particular, embora os trabalhadores desconheçam sindicatos atuantes e haja "listas negras", o adoecimento e as mortes dos trabalhadores vêm suscitando reações e lutas sociais, com protestos e pedidos de indenização por parte dos trabalhadores, além de apoio em setores parlamentares.

Palavras-chave: América Central, cortadores manuais de cana, trabalho e lutas sociais.

Direitos sociais dos trabalhadores religiosos neopentecostais na América Latina: comparações entre Brasil e Chile

Viviany Yamaki
Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Aluna do curso de especialização em Direitos Humanos

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP)
viviyamaki@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo trata da reivindicação de direitos trabalhistas por pastores neopentecostais, com enfoque no Brasil e no Chile, com objetivo de acúmulo de conhecimento crítico sobre a matéria, com a verificação e superação de dogmas na Direito, sob o amparo das ciências sociais em geral. O trabalho religioso não goza de disciplina específica da legislação, entendida tradicionalmente pela doutrina jurídica brasileira e estrangeira como forma de trabalho segregada do Direito do Trabalho, numa perspectiva dogmática, *sobretudo* pela pressuposição de que o ofício religioso visa a divulgação gratuita da fé, por vocação espiritual, sem intento de lucro e de acumulação de capital típicos da relação empregatícia. Entretanto, a partir de 1990, constatou-se no Brasil, aumento de reclamações trabalhistas movidas por pastores de igrejas neopentecostais, com os recorrentes fundamentos de que a atividade pastoral nessas instituições excediam funções religiosas como ministração de sacramentos e de cultos e incluíam a arrecadação de dízimos e ofertas, com metas financeiras estipuladas, bem como a conquista de novos fiéis para expansão da instituição religiosa, que no neopentecostalismo, assumiu forma e dinâmica próprias de organizações empresariais. O movimento neopentecostal é corrente religiosa recente (1970) e sua expansão é fenômeno de amplitude mundial, sobretudo na América Latina. Projetos de lei para regulamentar a profissão de pastor sofrem grandes resistências dos próprios fiéis e dos representantes políticos evangélicos no Brasil; de outro modo, no Chile, num ambiente social e cultural diverso, projeto de lei de regulamentar a profissão de ministro de culto teve grande receptividade na Câmara dos Deputados. A pesquisa constatou que a compreensão jurídica do tema bastante avançada, em contraposição à compreensão em âmbito nacional, que está distante do contexto sócio religioso do neopentecostalismo brasileiro e atrelada à doutrina europeia respaldada no catolicismo, persistindo o dogmatismo nos tribunais brasileiros.

Negociaciones, luchas sociales y proceso constituyente en Colombia. La paz como un escenario en disputa para Nuestra América

Andrea Carolina Jiménez Martín.

Directora de la Maestría en Estudios Políticos Latinoamericanos de la Universidad Nacional de Colombia- Sede Bogotá.

Resumo: La solución negociada del conflicto interno armado pone sobre el escenario político una serie de cuestiones que requieren ser tramitadas, por el conjunto del movimiento social y el pensamiento crítico, para que ésta abra caminos transformadores al orden social vigente. En efecto, poner fin a una confrontación armada de más de cinco décadas se constituye en un acontecimiento político de la mayor envergadura para Colombia. Razón por la cual, es un asunto estratégico que no puede ser competencia exclusiva de los actores sentados en la mesa. Los diálogos y los acuerdos que de éstos se desprendan deben involucrar al conjunto de la sociedad colombiana e interpelar a los movimientos sociales de la región. La presentación se orienta por la siguiente pregunta ¿Por qué los acuerdos de paz que se alcancen con las insurgencias armadas deben ser apropiados por los movimientos sociales para dinamizar sus luchas y caminar en un horizonte emancipatorio y contrahegemónico? Esta pregunta no tiene la pretensión de proponer que las agendas del movimiento social deban subordinarse a los acuerdos logrados por las insurgencias. Tan solo busca aportar una serie de ideas, que permitan por una parte reconocer la importancia de este escenario para alimentar el proceso constituyente en curso en Colombia. Y por la otra, mostrar las intersecciones que se pueden establecer entre paz y profundización de la lucha social en Nuestra América. El trabajo parte del entendimiento de que la resolución del conflicto armado en Colombia, asume un carácter estratégico para la región en su conjunto. Esto a razón de que problematiza la estrategia contrainsurgente que los EEUU han desplegado en Nuestra América a través de la presencia de efectivos y bases militares en el territorio colombiano. Y porque contribuye a abrir unas nuevas geometrías del poder favorables a la lucha de clases en la región.

Palavras-chave: Proceso de paz, dinámicas constituyentes y luchas sociales en Colombia

Territorialidades em Conflito e Projetos de Desenvolvimento na América Latina

Marcelo Argenta Câmara
Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense
Professor Adjunto-A no Departamento de Geografia
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
argentacamara@hotmail.com

Resumo: O desenvolvimento é reconhecido como um objetivo quase permanente na trajetória histórica dos países latino-americanos. Entendido sob uma leitura economicista que prioriza o crescimento econômico, a busca pelo desenvolvimento vem sendo usada como justificativa para a intensificação, em número e em escala, de grandes projetos extrativistas e infraestruturais em todo o continente. Essa política tem originado diversos conflitos com comunidades e povos cujos territórios se vêem ameaçados pela presença desses grandes empreendimentos que provocam alterações permanentes nas formas de relação dessas populações com seus espaços de vida. Este projeto de pesquisa parte da leitura de que esses são conflitos entre territorialidades, entendidas como as formas com que os diferentes grupos sociais se apropriam dos espaços e dos recursos necessários à construção de uma vida digna. Sendo assim, acredita-se que o desenvolvimento, na forma como pautado nas políticas econômicas latino-americanas atuais, é uma territorialidade de tipo específico que se sobrepõe a outras já existentes, gerando tensões e conflitos que marcam hoje o cenário político-social do continente. Este trabalho realiza o acompanhamento, através de uma metodologia baseada em levantamento de dados, trabalhos de campo e análise teórico-empírica, dos conflitos causados pelos grandes projetos extrativistas e infra-estruturais na América Latina. Pretende-se, a partir desse percurso, dar visibilidade aos conflitos estudados, assim como contribuir na elucidação teórica e conceitual dos processos de (re)construção de territorialidades pelo quais as comunidades e seus sujeitos estão passando na América Latina.

Palavras-chave: Territorialidades, Conflito, Desenvolvimento

Sessão 5

Identities imagined: a production cultural chilena sob o regime de A. Pinochet e a invenção do Comunismo na Latino-América.

Juan Alberto Castro Chacón

Doutorando em Sociolinguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da
Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

Bolsista pelo CNPq.
castrochacon@hotmail.com

Resumo: Um olhar retrospectivo (e atual) faz com que vejamos a América Latina ainda não recuperada dos seus processos ditatoriais pós Segunda Grande Guerra, o que explicaria, de alguma forma, o seu trauma sócio-identitário. E, como se não fossem suficientes os violentos processos de independência anteriores ao séc. XX, a Operação Condor instituiu *oficialmente* guerras internas sul-americanas, baseadas na bipolaridade ideológica de além-mar (Capitalismo x Comunismo). Estas realidades não necessariamente próprias das terras americanas ganharam espaço (e adeptos) pela globalização totalizante (CANCLINI, 2007). Consequentemente, as ainda frágeis democracias americanas colapsaram, e com elas todas as práticas culturais que visavam ao reconhecimento da identidade dos latino-americanos. Logo, pensaríamos que, se por um lado as independências procuraram afinar novas identidades nesse continente, por outro lado elas também se submetiam aos modelos ideológicos europeus, tal como o pensamento marxista, desenvolvendo assim assimilações ideológicas nada originais (QUIJANO, 2014). Por tal motivo, este trabalho reflete sobre o verdadeiro rosto emancipador da América Latina, tomando como referência o Chile da segunda metade do século XX, já que neste país marcou-se amplamente o conflito ideológico. Assim, analisamos algumas temáticas da produção artística do Chile sob o governo de Augusto Pinochet, dado o prolífico movimento cultural que surgiu naquela época no país austral, observando como o lado comunista assume um papel importante na produção cultural chilena.

Palavras-chave: Latino-América; ditadura militar chilena; identidade emancipada.

Agricultura e socialismo na América Latina: Cuba e Chile

Joana Salém Vasconcelos

Formada em História pela USP, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP,
Doutoranda em História Econômica pela USP

joana.salem@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo comparar as experiências socialistas de Cuba e do Chile na condução do processo da reforma agrária. Tais experiências foram particularmente distintas, tanto por representarem escolhas estratégicas opostas (a guerrilha cubana e a “via chilena”), quanto pelo fato do setor agrícola exercer funções bastante diferentes no conjunto da economia de cada país, ocupando papéis específicos no desenvolvimento de cada processo. Apesar disso, tais experiências são historicamente comparáveis, uma vez que ambos os países enriqueceram o debate sobre a transição ao socialismo no contexto do capitalismo periférico, vivenciando controvérsias a respeito do regime de propriedades e da organização do trabalho, que merecem atenção da historiografia comprometida com a mudança social. Nossos objetivos específicos consistem em: 1) mapear as principais correntes do pensamento socialista atuantes nestes processos, suas tendências mais autonomistas ou centralistas; 2) analisar como a disputa entre tais correntes repercutiu na política de reforma agrária em termos de regime de propriedades e de trabalho. A reforma agrária cubana foi tema de minha dissertação de mestrado, para a qual investigamos variadas fontes primárias (jornais e revistas da época, entrevistas), fontes oficiais (relatórios do governo, da CEPAL, da FAO), além da historiografia. A reforma agrária chilena é tema do meu doutorado, ainda em fase inicial. Contudo já pudemos acessar relatórios raros do ICIRA, entrevistar Jacques Chonchol (ministro da Agricultura de Salvador Allende) e nos debruçar sobre parte da historiografia chilena acerca do tema.

Rondas Campesinas: uma Experiência de Organização de segurança Popular no Peru (1976-2001)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro
Professor de História da América da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
vazelesk@uol.com.br

Resumo: Neste trabalho discutiremos a atuação das Rondas Campesinas, organizações populares, que se estruturaram no Peru, especialmente na costa e na Serra, inicialmente com o objetivo de combater o roubo de gado em áreas onde ocorrera a reforma agrária, desencadeada a partir do governo do general Velasco Alvarado (1968-1975). A seguir iremos

avaliar a transformação destas organizações em núcleos de resistência ao movimento armado Sendero Luminoso, (1980-1999) especialmente a partir de 1985, quando tais organizações passaram a combater de modo mais incisivo esta organização. Nossa análise estará focada no fato de o Sendero ter buscado enquadrar os camponeses em seu modelo de regime pré-estatal, sem levar em conta as condições culturais das zonas onde atuava, buscando impor pela força seu projeto de nação. A reação dos "ronderos" seria assim mais do que um ato de colaboração com o poder de Estado, mas uma reação na defesa do seu modo de vida, de seus costumes, do que consideravam ser a sua maneira de estar no mundo. Finalmente refletiremos sobre a forma como a ditadura de Alberto Fujimori (1990-2001) buscou enquadrar as rondas em sua estratégia de poder.

Deste modo iremos discutir o modo pelo qual uma organização espontânea, passou de um atuar local a um movimento, que se imbricou aos acontecimentos políticos da vida nacional peruana, no contexto da guerra civil vivida por aquele país.

Identidade e luta social no México rural: etnicidade e conhecimento numa organização étnico-campesina

Lucas da Costa Maciel
PGEHA-MAC/USP
PDR-DCSH/UAM-X
lucas.maciел@usp.br

Resumo: A cooperativa Tosepan Titatanike nasce na década de setenta como uma organização de corte produtivo e cujo discurso é basicamente de uma entidade campesina de caráter claramente classista. O esgotamento de um modelo de luta tradicionalmente vinculado ao maoísmo ao longo da década de oitenta, especialmente frente às crises econômicas, ao discurso multicultural e à ascensão do neoliberalismo, faz emergir as chamadas identidades da diferença culturais, neste caso encarnado pelos coletivos étnicos e pelo reclamo da indianidade: uma categoria colonial apropriada na luta de descolonização. Esta virada na constituição identitária das lutas de emancipação é também sentida pela cooperativa Tosepan, que

paulatinamente assume sua identidade maseual (nahua) e indígena, tecendo redes de colaboração que se imbricam em lutas mais atuais, de corte político e cultural, como o são as demandas por autonomia. Ao transladar-se de um discurso identitário de classe para um étnico, a própria organização se transforma como sujeito, propondo projetos de corte cultural, educativo e comunicacionais, e também como agente, atuando na defesa dos direitos coletivos e do etnoterritório. Argumenta-se, partindo da experiência da cooperativa Tosepan, que a virada ontológica dos anos noventa constitui um importante momento na formação de uma nova e fundamental identidade de luta social na América Latina: o sujeito étnico-campesino, aqueles que determinada teoria social chama de “campesíndios”. Entre eles, as demandas da diferença cultural não podem ser deixadas para um momento posterior, para uma etapa em que as desigualdades se extinguiriam, mas são parte fundamental da luta social do presente que se reivindica e se constrói a partir da própria experiência organizativa. A través da história de Tosepan, narraremos o nascimento de um importante coletivo de transformação social sem o qual é impossível pensar a América Latina dos nossos dias.

A luta pela Autonomia : O caso do movimento zapatista

Waldo Lao Fuentes Sánchez

Doctorando pelo PROLAM/USP

waldolao@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende mostrar que a aplicação das políticas indigenistas no México (desde meados do século XX) funcionou como um mecanismo, a partir da tutela do Estado, de “incorporação” dos povos indígenas na vida nacional, sem que essa incorporação reconhece-se sua diversidade enquanto povos distintos. O Já Basta! do Exército Zapatista de Libertação Nacional (E.Z.L.N), em janeiro de 1994, escancarou o racismo existente nas relações com o Estado e com a sociedade como um todo, as precárias condições de vida das comunidades indígenas no país, assim como a farsa de um projeto hegemônico neoliberal que, “desde arriba”, pretendia modernizar a nação. A insurreição armada do EZLN colocou no centro do debate nacional a luta pelos direitos dos povos indígenas. Após doze dias de guerra, foi iniciado um diálogo entre o governo e os rebeldes, na procura de uma solução pacífica para o conflito. Somente em 1996, seriam assinados os primeiros acordos – de um grupo de seis - chamados de San Andrés Larraínzar, sobre “Direitos e Cultura Indígena”. E apenas em agosto de 2001, esses acordos seriam constitucionalmente reconhecidos e, no entanto, sem

correspondência à proposta original firmada entre as partes. Por conta dessa traição política do governo, os zapatistas criaram, em 2003, os Caracóis e as Juntas de Bom Governo (J.B.G), nas suas cinco regiões de influência, como uma proposta que, “desde abajo”, pretende fortalecer seu processo autônomo. Para eles, a luta e a ética comunitária passam pela lógica e pela prática do “mandar obedecendo”, onde o povo manda e o governo obedece.

Palavras-chave: Políticas indigenistas, movimento zapatista, EZLN, autonomia, direitos dos povos indígenas

O Movimento Negro na América Latina: Brasil e Colômbia – vozes negras que não se calam

Valéria Luciene do Nascimento

Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas

Gerais – CEFET-MG

vIndias@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo central do artigo é contribuir para o entendimento de como os movimentos negros se articularam no Brasil e na Colômbia e como eles intervêm no contexto social que se esboçava quando eles afloraram. O artigo aborda aspectos históricos dos movimentos negros no Brasil e na Colômbia, colocando em evidência os diferentes cenários sociais que propiciaram a emergência desses movimentos e sua influência nesse contexto. Coerentemente, a pergunta que norteou o estudo em pauta foi “como se originaram os movimentos negros no Brasil e na Colômbia e qual a sua repercussão para o desenvolvimento social desses países?” Em consonância com os objetivos específicos do estudo que originou o artigo, este aborda os seguintes aspectos: 1) início dos movimentos negros brasileiro e colombiano na América Latina, em seus respectivos cenários nacionais; 2) função desses movimentos como interventores no contexto social do Brasil e da Colômbia. O estudo está em andamento e, do ponto de vista metodológico, tem sido realizado um levantamento bibliográfico sobre a matéria, no período de 2001 a 2016, envolvendo artigos publicados principalmente em periódicos que contam com classificação acima de B2 no Qualis da CAPES, e textos apresentados em reuniões de associações científicas que têm grupos de estudo que envolvem o tema em questão. Ao término do estudo, tem-se como expectativa o atendimento ao seu objetivo geral, pelo qual se espera que, uma vez identificados os cenários de afluência dos movimentos negros no Brasil e na Colômbia, compreenda-se sua importância

social, para a construção de horizonte de luta da causa negra na América Latina. Luta que permeia a necessidade de justiça social e construção/reconstrução de uma filosofia afro-latino-americana aceita e compreendida por diferentes povos no mundo.

Palavras-chave: Movimento negro. Brasil. Colômbia.

Para além do PT: a esquerda brasileira e o *impeachment*

Fabio Luis Barbosa dos Santos (UNIFESP)

Resumo: O objetivo deste texto é contribuir para uma reflexão crítica acerca da corresponsabilidade que o PT tem em relação ao processo de *impeachment* que resultou no afastamento da presidenta Dilma Roussef em abril de 2016. Argumento que, ao optar por uma lógica de ocupação de poder, o partido se identificou com as práticas da política convencional que terminaram por vitimá-lo, ao mesmo tempo em que contribuiu para debilitar o campo popular. Sugiro que a associação entre o PT e uma política de esquerda tem sido um fator de imobilismo que é necessário superar, para assentar as bases de uma nova etapa da esquerda brasileira.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; esquerda brasileira; impeachment.